

SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS 2025

POVOS INDÍGENAS E SEUS TERRITÓRIOS  
ESPERANÇA PARA O BEM VIVER!



# SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS DE 2025

## “Povos Indígenas e seus Territórios: Esperança para o Bem Viver!”

Para nós, o Ano Santo de 2025 é um ano jubilar em tempos de pós-pandemia e de muitos conflitos mundiais e injustiças, de violências e assassinatos praticados no solo dos povos indígenas. Essa violência exige de nós, como sociedade civil e como cristãos, vigilância, mudança e justiça como base de esperança para um outro mundo possível.

Na celebração de um Ano Santo, a Igreja lembra o Ano Sabático do Antigo Testamento. Esse Ano Jubilar foi celebrado como uma antiga ordem divina que previu, de tempo em tempo, o descanso da terra e da natureza, e a libertação dos escravos e dos pobres. Até hoje, essa ordem tem na Igreja um significado profundo e pode encontrar uma ressonância relevante em nossa luta pela justiça junto aos povos indígenas (cf. Lev. 25).

Por exemplo, o repouso da terra, a cada 25 anos, pode incentivar a luta pela libertação dos agrotóxicos, tão prejudiciais para a saúde do solo, dos rios e de tudo que é vivo. No perdão das dívidas e no empenho pela devolução das terras alienadas na base de uma legislação justa, encontramos argumentos para lutar pela devolução e retomada da terra pelos povos originários.

Quantos povos indígenas vivem hoje em situações análogas à de escravidão, expulsos das suas terras, na beira de estradas, por baixo de lonas, em territórios mínimos que não permitem viver com dignidade!

O tema desta Semana – “Povos Indígenas e seus Territórios: Esperança para o Bem Viver!” – aponta também para a tarefa ampla da humanidade de cuidar da natureza e da vida em todas as suas dimensões. A casa comum está destelhada, com muitas goteiras e paredes rachadas. Os habitantes da casa ocupam espaços desiguais. Uns têm cubículos, outros mansões.

Os pobres, que vivem na rua ou nos barracos de lona à beira das estradas são os primeiros prejudicados pela precariedade da casa. Mas também os ricos não escapam do tsunami que pode derrubar sua casa na praia. Cuidar do “Bem Viver” de todos e da casa para todos, de hoje e amanhã – eis o nosso compromisso nesta Semana dos Povos Indígenas.

## A terra, ventre da vida e espaço do Bem Viver

A terminologia do “Bem Viver” nasceu no mundo andino e tem um parentesco de significado com outras visões de mundo. Para povos originários e comunidades tradicionais, a centralidade do bem-viver são relações de equilíbrio, de harmonia com a natureza e com a comunidade.

A “terra sem males” do povo Guarani se traduz no espaço de vida plena, para os Guarani e para a terra. O alicerce sempre estará na coletividade. Isso requer esforço e construção contínua e comunitária, onde se fortalecem os laços de pertencimento e trabalho cotidiano, para a garantia da existência de todos.

A política, a economia e a ecologia formam esse todo interconectado, que precisa da participação de cada pessoa e ser, numa perspectiva comunitária. O “nós” deve ser uma construção concreta e fincada na realidade em que se vive.

Nos documentos do Papa Francisco, principalmente a Encíclica Laudato Si’, a Ecologia Integral só pode ser vivida se considerados seus aspectos social, cultural, ambiental e espiritual, pois a realidade é integrada e não fragmentada. Sendo assim, o conceito reconhece que tudo está interligado e que os desafios ambientais não podem ser compreendidos ou enfrentados isoladamente de outras dimensões da vida humana (LS n. 138-162).

Segundo a Laudato Si’, a ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, que diz respeito ao desenvolvimento integral de todas as pessoas, incluindo as gerações futuras. “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza”.

Reconhecer a terra, ventre de vida e espaço do Bem Viver, nos instiga a adotarmos novas formas de relação com ela. Para isso, é necessária a abertura da mente e do coração. Somente assim veremos que existem linguagens e formas de viver que não cabem no sistema capitalista neoliberal em que vivemos.

Um novo sistema precisa ser construído, com base na reciprocidade, na esperança de que possamos recuperar a humanidade perdida, em detrimento do lucro, da mercadoria e da morte. “A vida terá sempre a última palavra”, enquanto houver sonhos, utopias e projetos de vida, pautados no Bem Viver e no Bem Conviver.



O Rio Komi-Memen, rio Lage, guarda em suas águas, para além de um valor material, dado que são nelas que se banham e extraem seus alimentos, uma importância espiritual para o povo Oro Wari

## A terra, mãe e ventre da vida

As narrativas do povo Karitiana (RO) sobre a criação contam: “Tempo antigamente, Ejepi, a Terra, não tinha gente. Pampi, o céu ficava bem pertinho. Tempo antigamente ainda não tem Gokyp, o Sol; nem Oti, a Lua; nem Oti’erepo, a Estrela. E’se, a água, era pequena. Não tinha ainda água grande. Primeiro quem apareceu foi Boty’je. Saiu do buraco da cigarra, do chão, de dentro da terra. Logo atrás dele veio Toboto, sua mulher. Ora, seu irmão mais novo, veio depois. Saiu do olho d’água que a chuva deixa na palma do buriti. Boty’je e Toboto tiveram filhos: Soosy, Mboroty e Otada. Ora não casou, por isso não tem filho”.

Para os povos indígenas, a terra expressa a centralidade da vida e do Bem Viver e Conviver. É um modo de ser e de se relacionar com a terra, que faz dela mãe acolhedora e geradora da vida. A terra em si é um organismo vivo e tem espírito. É ela que governa os ciclos das águas, da floresta, dos animais e de tudo o que existe. Este espaço é habitado por seres espirituais, que harmonizam o humano e o divino, numa interconexão de saberes, cheiros e sabores ancestrais.



I Encontro Nacional das Mulheres do Cimi

Os povos indígenas, há milênios, são responsáveis por manter a Casa Comum para a existência de toda humanidade. Esse sistema vivo e vital nos acolhe como ventre sagrado, onde o Deus Criador uniu o seu espírito e disse “tudo é muito bom”.

A terra é uma mãe generosa, que nutre, sustenta e governa. Mas ela precisa que façamos a nossa parte. Tudo o que fizermos à terra, estaremos fazendo aos filhos da terra. É urgente que mudemos nossa forma de viver e de nos relacionar com a mãe terra e todos os seres criados.

## A terra chora e está banhada de sangue

Foi o Papa Francisco que indicou para o ano de 2025 o tema “Peregrinos de Esperança”. O cenário mundial envolve nossa atenção em graves conflitos em Gaza, na Síria e na Ucrânia, na Uganda e em Moçambique. Mas também no Brasil, os gritos da violência social, política e ambiental, nas cidades e no campo, marcam os noticiários de cada dia.

Katicá Karipuna, matriarca do povo Karipuna, do estado de Rondônia, desabafa: “antes da chegada do homem branco, a gente vivia bem. Não faltava nada. Tinha comida, tinha saúde e tinha floresta. Hoje eles vêm querendo até acabar com a gente, eles querem tirar a nossa vida, que é a terra”.

Os povos originários vivem um processo contínuo de luta na defesa do pensar e sentir a terra como espaço do Bem Viver. São frequentes os embates contra o Estado, que não cumpre a demarcação de seus territórios ancestrais, direito previsto pela Constituição Federal.

Foto: Maiara Dourado/Cimi



Katicá Karipuna, matriarca do povo Karipuna (RO)

Foto: Hellen Loures/Cimi



Cerca de 8 mil indígenas de todo o país marcharam até a Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), para reivindicar a declaração da inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023

No atual contexto, os povos enfrentam a Lei 14.701/2023, promulgada em 28 de dezembro de 2023 pelo Congresso Nacional. Esta lei é uma forma explícita de liberação dos territórios indígenas para a lógica mercantilista predatória, caracterizando um decreto de extermínio dos povos originários, assim como o que ainda resta de biodiversidade em todos os biomas do país.

Isso porque, entre diversos outros dispositivos que atacam os direitos dos povos indígenas, a Lei 14.701 impõe a aplicação do marco temporal como critério para as demarcações de terras indígenas. Segundo essa tese, os povos indígenas precisam provar que estavam na posse da terra reivindicada na data da promulgação da Constituição ou que, caso tenham sido expulsos, estivessem disputando a área naquela data, direta ou judicialmente.

Além disso, a norma legitima a paralisação de demarcações, válida decisões da Justiça contra os povos originários, intensifica a concessão de medidas de reintegração de posse e autoriza a exploração indiscriminada das terras por particulares. Não à toa a Lei 14.701 é considerada a “lei do genocídio” pelo movimento indígena.

Em 1988, momento decisivo para a redemocratização de nosso país, a sociedade brasileira reconheceu o direito destes povos às suas terras, aos seus modos de vida e à diversidade. Neste sentido, a Lei 14.701 desconsidera o Artigo 231 da Constituição, e é, portanto, inconstitucional.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Processo de Repercussão Geral nº 1.017.365, em setembro de 2023, foi claro em reafirmar o caráter originário e fundamental do direito dos povos indígenas à demarcação de suas terras. Por isso, declarou inconstitucional, por ampla maioria, a tese do chamado “marco temporal”. Reconheceu também os direitos dos povos indígenas como direitos fundamentais – cláusulas pétreas, ou seja, que não podem ser alterados.

Foto: Adi Spezia/Cimi



"Para o agronegócio, meio trilhão, para os povos indígenas, nem um tostão", denuncia Levante pela Terra

Na luta pelo território ancestral, muitos povos vivenciam um cenário de guerra e genocídio orquestrado pelos invasores de seus territórios. É o acontece, por exemplo, com os Guarani Kaiowá (MS) e os Avá-Guarani (PR). Estes povos sofrem ataques recorrentes, anunciados e com clara evidências de intenção de matar.

São ataques perpetrados por pistoleiros mascarados e armados, que formam verdadeiras milícias paramilitares a serviço de interesses privados. Eles atuam com absoluta impunidade, ameaçando e anunciando morte. Contam ainda com a inoperância e a inércia do Estado, que simplesmente se omite e, com isso, contribui também com a violência e o banho de sangue dos corpos e territórios dos verdadeiros filhos da terra.

A manutenção da inconstitucional Lei 14.701 é usada como justificativa, munícia e potencializa a violência. É fundamental e urgente a declaração da inconstitucionalidade desta lei por parte da Suprema Corte.

A superação estruturante dessa situação de violência e violações contra os povos que estão na legítima luta por seus territórios ancestrais precisa da continuidade e finalização das demarcações. Para tanto, os poderes do Estado brasileiro precisam fazer sua parte.

## Projetos de morte da e na terra

**A** ganância e a exploração exacerbada dos recursos naturais estão deixando a vida na terra insustentável, colocando em risco os modos de vida que perpetuam a vida no planeta. O pensar e sentir coletivo traduz a resistência dos povos originários para manter viva a memória dos antepassados, que defenderam seus territórios.

Os impactos devastadores das queimadas e da seca histórica na Amazônia são vivenciados por comunidades indígenas e ribeirinhas, que enfrentam a “tragédia climática”. A crise tem comprometido profundamente suas condições de subsistência, causando escassez de alimentos e danos irreversíveis à fauna e à flora da região.

A seca e as queimadas afetam tragicamente a vida desses povos que dependem da caça e da pesca. Frente a esta realidade, se faz urgente que Estado promova e efetive a demarcação das terras indígenas e a desintrusão daquelas que estão sob ameaça ou invadidas.

Segundo Carlos Nobre, especialista em estudos sobre o aquecimento global, uma das soluções para o problema é proteger os territórios dos povos tradicionais. “Além de zerar o desmatamento, a degradação e o fogo, é essencial manter e expandir os territórios indígenas em todos os países amazônicos. Cerca de 25%

da floresta, eles [indígenas] mantêm e sempre mantiveram [preservados] por milhares e milhares de anos”.

Estamos no decênio decisivo para o planeta! Ou mudamos, ou provocaremos um colapso planetário. Já estamos experimentando seu prenúncio nas grandes catástrofes que assolam o nosso país: chuvas torrenciais provocando grandes enchentes de um lado, e por outro lado falta de chuvas, causando seca dos rios e do solo, como nunca visto antes.

Ainda há tempo, mas o tempo é agora! É urgente a conversão ecológica: passar da lógica extrativista, mercadológica, que contempla a Terra como um reservatório sem fim de recursos, de onde podemos retirar tudo aquilo que quisermos, como e quanto quisermos, para uma lógica do cuidado.

Há uma infinidade de visões e de raciocínios diferentes, dentro das variadas culturas existentes no Brasil, na América Latina, no mundo. Nossa maior riqueza é justamente a

diversidade dos modos de viver, pensar, produzir, sentir e se relacionar dos 305 povos indígenas e de tantos outros povos e comunidades tradicionais.

A lógica do mercado é a que sustenta os atuais projetos e medidas governamentais. Nessa estratégia, o modelo mais avançado, viável e adequado é o de maximização dos lucros e é, portanto, profundamente excludente e desigual. Nele, o ser humano é colocado na condição de sujeito produtivo ou improdutivo, desejável ou indesejável ao sistema. Nele também se subjugam o meio ambiente, convertendo todos os bens naturais em mercadoria.

Nesta perspectiva capitalista e desenvolvimentista temos o chamado “mercado da natureza”, que se apresenta como suposta solução ao combate da crise climática, com o chamado mercado de carbono ou os projetos REDD e REM. REM são propostas de governos financiados por recursos internacionais, enquanto REDD são propostas de empresas. Ambos chegam nos territórios com discursos de preservação ambiental, efetivação de políticas públicas e melhorias para a vida dos povos, mas mascaram a visão desenvolvimentista.

Alessandra Munduruku afirma que tais projetos são uma armadilha que alicia lideranças e oferece falsas promessas. “Quando a gente sabe que o governo, as empresas privadas, estão negociando crédito de carbono em cima das nossas cabeças, com nós todos dentro, a gente entende que é uma venda com os povos indígenas junto. A gente parece que não tem

Foto: Verônica Holanda/Cimi



Segundo dia do 20º Acampamento Terra Livre (ATL), com a marcha “Emergência Indígena: Nossos Direitos não se negociam”



Marcha "Nosso marco é ancestral. Sempre estivemos aqui", no 20º Acampamento Terra Livre (ATL)

o direito de ser consultado”, relatou em entrevista à Amazônia Real.

Para além de inúmeros impactos nas comunidades, o mercado de carbono é comprovadamente uma falsa solução para o combate à crise climática, porque quem financia estes projetos na verdade está pagando para ter o direito de continuar poluindo e destruindo o ambiente.

Investimentos na expansão dos empreendimentos do agronegócio, como MATOPIBA e AMACRO<sup>1</sup>; em mineração, como a exploração de potássio no território do povo Mura e de lítio no território do povo Krenak; rodovias, ferrovias e hidronegócio, com a construção de hidrelétricas, hidrovias e portos; todos esses empreendimentos impactam substancialmente os territórios dos povos indígenas, suas vidas, corpos e toda a biodiversidade.

A terra, que na cosmovisão indígena é a base das relações sociais e espaço para o Bem Conviver, torna-se, na lógica desenvolvimentista, apenas um recurso a ser maximizado. Assim, diversos territórios tradicionais passam a ser considerados indispensáveis para os empreendimentos predatórios e, por isso, comunidades em diferentes estados brasileiros se tornam alvos.

No oeste do Mato Grosso, a Terra Indígena Sararé, lar do povo Nambikwara, há mais de sete anos tem sido alvo de sucessivas invasões de garimpeiros. Da mesma forma, o país presencia a saga do povo Yanomami, que há décadas vive com constantes ameaças, mortes, e em um cenário de destruição do território, das águas e de corpos, de crianças a idosos.

Movidos pela ganância, os invasores devastam a natureza e colocam em risco a vida de indígenas e a sobrevivência de comunidades inteiras. O rastro de destruição se estende por longas áreas desmatadas, cortadas por rios poluídos e fumaça das queimadas.

Em muitos casos país afora, os agressores utilizam da pulverização aérea, de modo proposital, espalhando agrotóxicos em comunidades inteiras, caracterizando o uso de arma química para atacar os povos como denunciado por uma liderança Guarani Kaiowá nas Nações Unidas em 2022: “os ataques químicos passaram a ser recorrente em várias comunidades de nosso povo”.

1 MATOPIBA - Zona de expansão do agronegócio que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

AMACRO - Zona de expansão do agronegócio que abrange os estados do Amazonas, Acre e Rondônia.

## Solidariedade como desprendimento

A luta dos povos indígenas e com os povos indígenas é uma escola de muitos aprendizados. A Inculturação e peregrinação representam movimentos diferentes de solidariedade. A cada momento, o desprendimento recoloca Deus, o pobre Deus do Pão e da Cruz, no centro da humanidade.

Essa centralidade de Deus orienta os cristãos para a igualdade e a liberdade dos seres humanos. Todos são igualmente criaturas de Deus. Nessa perspectiva, não há lugar para apropriações privadas dos bens da terra.

Desprender-se de algo significa deixar algo livremente existir – algo que estava ameaçado pelos apegos a desejos e objetos. O desprendimento não é privação, mas libertação e purificação. Dessa purificação, caracterizada pela recusa a práticas possessivas de acumulação, emergem energias novas.

Como livramos animais e árvores de parasitas, assim também temos a necessidade de nos livrarmos de apegos parasitários que nos roubam a energia. Sem liberdade e energia, a vida murcha. O desprendimento em sua forma individual pode ser compreendido como conversão e renúncia, em sua forma comunitária ou sociopolítica, como ruptura e solidariedade.

Renúncia para nós é a libertação do supérfluo, para que todos possam ter o necessário para o Bem Viver. A ascese é o protesto contra nossa humilhação como consumidores na ditadura do mais. Os povos indígenas nos fazem aprender a viver melhor com menos.

No horizonte de uma igualdade radical não existe lugar para a apropriação privada da vida boa, nem da fé, da esperança e do amor. A fé nos foi dada por causa dos desacreditados. A esperança nos foi dada por causa dos desesperados. O amor nos foi dado por causa dos desprezados. O Bem Viver, no horizonte de todos e para sempre, existe somente no horizonte da ressurreição, que é justiça definitiva para todos e insurreição contra o absurdo histórico!



Manifestação Guarani e Kaiowá em Brasília (DF) em apelo pelo fim do massacre promovido por fazendeiros da região de Douradina (MS)

## Razão e missão da nossa Esperança

Os povos originários, apesar das inúmeras ameaças aos seus modos próprios de vida, continuam sendo luzeiros, que apontam outro mundo possível, apesar da violência que sofrem cotidianamente. Mesmo marcados por uma sociedade desigual, eles continuam resistindo, não apenas como sobreviventes, mas como povos com ricas culturas e sabedoria milenar.

É a partir daí que se constituem em importantes atores sociais, políticos e étnicos, trazendo importantes contribuições na construção de novos projetos de vida. Os povos indígenas e seus territórios, habitados segundo seus direitos ancestrais e confirmados segundo a Lei Maior, a nossa Constituição, abrem caminhos de esperança para o Bem Viver de todos.

Compreendemos esta Semana dos Povos Indígenas como convocação de todos os cidadãos para empenhar a sua vida na transformação da frágil promessa do bem-estar para poucos ao novo modelo do Bem Viver de todos. Essa referência emergiu das Constituições da Bolívia e do Equador, na base de uma história indígena milenar e no horizonte de descolonização.

Nossa esperança peregrina e militante nos faz perceber o Bem Viver como um processo histórico permanente sem excluídos. A luta pela causa indígena é a luta para o bem de todos.

O sonho de uma nova realidade do Bem Viver de todos há de ser visto a partir da vida cotidiana daqueles que sentem em seus corpos e almas a distância estrutural da realidade do Bem Viver. No grito do basta se encontram estilhaços de racionalidade e fragmentos de esperança.

Lutas sociais buscam reverter a condição de sofrimento historicamente imposta por uma parcela da sociedade que faz da dor alheia um negócio. O



Foto: Tiago Molto/Cimi

Celebração aos 50 anos da 1ª Assembleia de Chefes Indígenas, em Diamantino, em Mato Grosso

Conselho Indigenista Missionário luta há mais de 50 anos ao lado de um desses setores fragilizados pela política oficial, para que a chama de esperança da justiça e do Bem Viver não se apague entre os povos indígenas e seus territórios.

Pela nossa vocação somos “peregrinos de Esperança” e “militantes de Justiça” que seguem o chamado do apóstolo Paulo: “Estai sempre prontos a dar a razão da vossa esperança a todo aquele que a pedir” (1 Pd 3,15).

## Cântico das Criaturas

Adaptação livre do Cântico das Criaturas, escrito por São Francisco de Assis no ano de 1.225. Essa adaptação vincula-se aos estudos e debates feitos a partir do tema da Campanha da Fraternidade de 2025 e da Laudato Si, que tratam da ecologia integral e da crise climática em nossa Casa Comum. (Roberto Liebgott)

Foto: Adi Spezial/Cimi



Mobilização contra a PEC 48 e a Lei 14.701

Ó Deus-Deusa, de todos os povos e culturas, ó Encantos de Luz, Espíritos de Amor e as Ancestralidades - que nos fazem sonhar e esperar um mundo justo e fraterno - a Vocês todas as homenagens, graças e honras.

Louvidos sejam, porque prezam pelas criaturas, especialmente a Mãe Terra, que gesta as vidas, encobre de cores as flores, fornece as sementes e dá de comer e beber às espécies.

Louvidos sejam pelas fontes de água, que saciam e matam a sede, no entanto sofrem pelas contaminações e degradações de seus rios, lagos e mares.

Louvidos sejam pelas árvores, as matas e todos os biomas, porque tornam o ar puro e livre dos gases que sufocam.

Louvidos sejam pelas florestas, elas são garantidoras dos ciclos das chuvas que banham, regam e dão vida às belas e complexas diversidades de seres - aves, peixes, bichos, répteis, fungos, musgos, bactérias.

Louvidos sejam pelo Irmão Sol, que clareia o dia e com sua luz alumia o mundo, mas, nos últimos tempos, aquece em demasia por causa do efeito estufa.

Louvidos sejam pelas irmãs Lua e Estrelas - que são claras e belas - encantam o firmamento, mas sob elas há nuvens tóxicas e poluidoras.

Louvidos sejam pelo irmão Vento, pelo ar, que mesmo nublado ou sereno - durante todo o tempo - dá sustento, mas também se revolta diante das incontidas devastações dos ecossistemas.

Louvidos sejam pelo irmão Fogo, apesar de belo, jucundo, vigoroso e forte, vem sendo utilizado indiscriminadamente para queimar e destruir os mananciais e toda a biodiversidade do planeta.

Louvidos sejam por aqueles e aquelas que amam, cuidam e se dedicam incansavelmente à construção do Bem Viver a todas e a todos, não tão somente para as minorias gananciosas e ricas.

Bem-aventuradas e Bem-aventurados os que desejam e buscam a paz, apesar das tantas guerras insanas e das injustiças.

Organismo vinculado à CNBB



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

www.cimi.org.br



f Conselho Indigenista Missionário Cimi

o cimi\_conselhoindigenista

t @CimiNacional

■ CAPA: ARTE DE Verônica Holanda/Cimi

■ EDIÇÃO E REVISÃO: Verônica Holanda

■ TEXTO: Ivanilda Santos, Paulo Suess e Laura Vicuña

■ DIAGRAMAÇÃO: Licurgo S. Botelho

■ IMPRESSÃO: Gráfica Qualytá

APOIO

